



Foto Waldemar Padovani

Os poucos exemplares da antiga arquitetura hoje se perdem entre os edifícios modernos

Campinas, a desfigurada cidade dos barões

Campinas atravessou o século XIX como a cidade dos barões do café, o que fez dela sede de ricas obras arquitetônicas. Sob forte influência européia, surgem na cidade os imponentes palácios de barões e viscondes, sobrados com vergas curvas, portas adornadas por bandeirolas de ferro — quase sempre levando as iniciais do proprietário e o ano de construção — sacadas com gradil e escadarias de mármore. Pouco resta, no entanto, em 1980, deste cenário do II Império.

“A cidade perdeu muito de sua memória arquitetônica”, diz o historiador campineiro, Celso Maria de Mello Pupo, que em 1969 — como delegado do Condephaat — indicou o tombamento de uma série de bens históricos, dos quais apenas dois foram atendidos: da capela de Nossa Senhora da Boa Morte, da Santa Casa, construída em 1875, e do bosque dos Jequitibás — uma área de 101 mil metros quadrados de floresta típica da região, localizado no perímetro urbano.

A preocupação com o destino dos bens de valor histórico e artístico do município, fez com que o vice-prefeito José Roberto Magalhães Teixeira elaborasse em 78 — quando também era secretário da Cultura — um projeto de criação do Conselho em Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico de Campinas, que teria poderes para proceder tombamentos de bens imóveis ou integrados em conjuntos urbanos ou rurais da cidade.

A minuta do projeto foi apresentada ao prefeito Francisco Amaral para ser analisada e encaminhada em forma de lei à Câmara Municipal. O conselho, entretanto, nunca chegou a ser constituído, já que Amaral não designou os conselheiros.

Os poucos exemplares das antigas obras arquitetônicas de Campinas se perdem, hoje, entre os edifícios modernos. Enquanto isso, existem vários processos de tombamento arquivados no Condephaat desde 69, segundo Mello Pupo. Um deles refere-se ao solar que pertenceu ao barão de Itapura e que hoje está incorporado ao patrimônio da Pontifícia Universidade Católica. O palácio, com janelas em semicírculos no andar inferior e vergas retas no superior, em estilo neoclássico, já sofreu várias alterações, mas ainda conserva muito de sua construção original.

Em abril, o IAB — (Instituto dos Arquitetos do Brasil) — Núcleo Campinas, preocupado em “preservar a memória urbana da cidade”, solicitou ao Condephaat o tombamento de um solar, localizado no centro da cidade, que foi construído no início do século pela família Souza Camargo. A dificuldade encontrada pelo grupo de arquitetos em fazer com que fosse aceita a solicitação, quase motivou uma ordem judicial para obrigar o Condephaat a protocolar o processo.

Segundo o presidente do IAB-

Campinas, José Antonio Pinho, o pedido de tombamento do prédio deve-se a sua tipicidade. A obra conserva até hoje o trabalho de construção original, com os batentes das portas abaulados, proteção de ferro nas janelas, e escadarias de mármore. Nele, funciona um restaurante de massas: “Macarronada Italiana”. Os proprietários pretendiam demolir o prédio no próximo mês. “Nas cidades metropolitanas — afirma Antonio Pinho — o crescimento aliado ao problema econômico, em que o solo passa a ter um valor bem superior àquilo que está edificado sobre ele, provoca por parte do proprietário o interesse em demolir-lo para que possa ser construído ali, principalmente, edifícios.”

Outro sobrado, construído em meados do século passado, e que pertenceu ao Visconde de Indaiatuba, ainda é conservado, apesar de seu pavimento inferior estar totalmente desfigurado. A sede do Jockey Club Campineiro, com três pavimentos e, segundo Mello Pupo, construído no estilo da arquitetura francesa no início deste século, ainda é preservado, embora não tenha sido tombado. Um raro exemplar do século XIX, edificado no período em que surgiu o azulejo, é o ex-palácio do Barão de Itatiba, hoje sede de uma autarquia municipal. Conhecido como “Palácio dos Azulejos”, o prédio foi restaurado recentemente e, embora um pouco modificado internamente, ele está tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional.

“O Estado de São Paulo”

1-VI-1980

GMP 2.14.264